



UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
 TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 19ª REGIÃO
 RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
 DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 MAIO DE 2015 A ABRIL DE 2016

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (últimos 12 meses)		
	LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	TOTAL
	(a)	(b)	(c) = (a) + (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	162.198.282,77	488.307,69	162.686.590,46
Pessoal Ativo	144.366.833,78	369.204,50	144.736.038,28
Pessoal Inativo e Pensionistas	17.831.448,99	119.103,19	17.950.552,18
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)			0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	17.514.179,67	209.276,46	17.723.456,13
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária			0,00
Decorrentes de Decisão Judicial			0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	1.408.123,39	207.348,56	1.615.471,95
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	16.106.056,28	1.927,90	16.107.984,18
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	144.684.103,10	279.031,23	144.963.134,33

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	700.438.648.000,00		
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (V) = (III c / IV)*100	0,020656%	0,000040%	0,020696%
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <%>	0,034738%		243.318.377,54
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <%>	0,033001%		231.152.458,67
LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) - <%>	0,031264%		218.986.539,79

FONTES: SOF-CONTABILIDADE- SIAFI 25/05/2016; Tesouro Gerencial 23/05/2016

Notas: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

Pedro Inácio da Silva
Desembargador Presidente

Sheila Santos Rolim
Ordenador de Despesas

José Amaro da Silva
Secretário de Orçamento e Finanças - Substituto

Victor Rezende Dorea
Coordenador do Controle Interno - Substituto